

DISCURSOS E MUSEUS: DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

Eni Orlandi

RESUMEN. En este artículo desarrollamos una reflexión sobre el funcionamiento discursivo de los museos, en tanto institución social que participa del proceso de producción de archivos. Entendido como *práctica de significación*, el museo significa por la estabilización de trayectos de sentidos en la memoria discursiva. Sin embargo, no es sólo la memoria que estructura, desde el punto de vista discursivo, el archivo, sino principalmente el silenciamiento, que actúa como olvido necesario para la legitimación de una determinada memoria en vez de otras históricamente posibles. En este trabajo se analizan documentos históricos de la fundación de la ciudad de Pouso Alegre, ubicada en el sur del estado de Minas Gerais, Brasil, y se describe el proceso de denominación de la ciudad así como los recortes en la memoria que cada nombre posibilita, abriendo espacio a diferentes interpretaciones.

Palabras clave: archivo, institucionalización, memoria, interpretación, discurso.

ABSTRACT. The goal of this paper is to reflect on the discursive dimension of museums as social institutions that participate in the production of social archives. Understood as a *meaning practice*, the museum means stabilization of senses in the discursive memory. However, from the point of view of discourse, it is not only memory that structures the archive, but mainly a silence process, which acts to legitimize a particular memory instead of other historically possible. In this paper historical documents of the founding of Pouso Alegre city, located in the southern state of Minas Gerais- Brazil are discussed, and the process of designation of the city is described, pointing out the forgotten discourses which enable each name, opening to different interpretations.

Keywords: archive, institutionalization, memory, interpretation, discourse.

RESUMO. Este artigo desenvolve uma reflexão sobre o funcionamento discursivo dos Museus, enquanto instituição social que participa do processo de produção de arquivos. Compreendido como *prática de significação*, o museu significa pela estabilização de trajetos de sentido na memória discursiva. Porém, não só a memória estrutura o arquivo do ponto de vista discursivo, mas principalmente o silenciamento, que agindo como esquecimento necessário permite a legitimação de uma memória em detrimento de outras historicamente possíveis. Neste trabalho analisam-se documentos históricos da fundação da cidade de Pouso Alegre, no sul do estado de Minas Gerais, Brasil, e descrevem-se o processo de denominação da cidade e os recortes na memória que cada nome possibilita, dando lugar a diferentes interpretações.

Palavras-chave: arquivo, institucionalização, memória, interpretação, discurso.



Signo y Señá, número 24, diciembre de 2013, pp. 11-20

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>

ISSN 2314-2189

*Il dépend de celui qui passe que je sois tombe ou trésor
 Que je parle ou me taise
 Ceci ne tient qu'à toi
 Ainsi n'entre pas sans désir*

1. INTRODUÇÃO. Segundo a artista Joana J. Marques, “os museus são uma *instituição social* complexa que ocupa um lugar fundamental no circuito cultural e nas políticas culturais contemporâneas. Numa época que sociedade e cultura estão mais próximas que nunca os museus têm desempenhado um papel importante na mediação destas relações. Estes criam novos sentidos para as coisas e (re)definem a realidade, razão pela qual são considerados *práticas de significação* [grifo nosso]. São instituições sociais muito complexas que num curto espaço de tempo passaram de um papel social relacionado com a produção de saber para um papel essencialmente (auto)reflexivo, (auto)crítico e (auto)questionador, não só de si mas também da sociedade em volta”. Estas e outras transformações de ordem social, econômica e política, segundo a artista, têm tido repercussões na forma como o museu se constrói e se representa —nas suas práticas e discursos—. E ela vai falar sobre: a) discursos que o museu produz; b) discursos que atravessam o museu; c) novos discursos híbridos resultantes da relação entre museus e novos equipamentos culturais.

Guardamos destas palavras que *o museu é uma instituição*, e, como tenho afirmado, em análise de discurso, somos individuados pelo Estado através de instituições e discursos. Desse modo, coloco-me na perspectiva de pensar o museu como parte do modo de individuação do sujeito capitalista em nossa formação social. Dessa relação resulta um sujeito em cuja individualidade, conta (ou um indivíduo afetado) a forma como o Estado o relaciona com sentidos sociais que se apresentam como parte de sua memória (do indivíduo, do estado, da Sociedade).

Por outro lado, e não menos importante, podemos pensar o museu como parte do processo de produção de arquivos, ou seja, discursivamente, como discurso documental. E aqui podemos introduzir a afirmação de que *os museus são práticas de significação*. Não podemos deixar de referir, certamente, o que diz Michel Pêcheux (1994) sobre o domínio da análise de discursos, textos e arquivos, domínio que retoma, como ele diz, o interesse pelo tratamento dos textos, dos bancos de dados, interrogando as relações entre o aspecto histórico e psicológico (linguageiro), ligado à leitura de arquivos, o aspecto matemático e informático ligado ao trata-

mento dos documentos textuais, e o avanço das pesquisas em linguística formal. A este domínio ele chama de discurso textual. Faz aí um deslocamento mostrando que o discursivo informaticamente marcado sob a forma de dados textuais não tem a mesma relação nos procedimentos lógico-matemáticos e os outros tipos de dados: da economia, demografia, história etc. Passando pela divisão social do trabalho da leitura de arquivo, em que se separam o científico (sentido e demonstração) e o literário (sentido e interpretação), Pêcheux nos aponta para a leitura de arquivo hoje. Efeito deste deslocamento: um novo tipo de real, o da interpretação, e a não separação entre o logicamente estabilizado e o sujeito a equívoco. Daí resultando a proposta de explicitar as clivagens subterrâneas entre maneiras contraditórias de ler o arquivo pela reconstrução (histórica) dos sistemas diferenciais dos gestos de leitura. Trabalho da memória em perpétuo confronto consigo mesma. E é neste confronto da memória com a memória —o da cultura do literário (sujeito a interpretação) e o do científico (sentidos estabilizados)— que se aloja o vai e vem da interpretação, dos gestos de leitura e da força do imaginário.

2. NO CONFRONTO DA MEMÓRIA. A questão da memória é uma questão de fundo da análise de discurso e que, por isso, é inevitável que se a considere em qualquer análise, o que redundará em consequências importantes para o desenvolvimento e elaboração da própria teoria e método da análise de discurso. Em meus trabalhos, particularmente, tenho partido da definição de interdiscurso de Pêcheux (1975) e de desenvolvimento produzidos por Courtine (1982), que eu resumiria, no caso de Pêcheux, em sua afirmação “*alguma coisa fala, antes, em outro lugar, e independentemente*”; e, em Courtine, ressaltaria a afirmação de que “*no interdiscurso fala uma voz sem nome*”. Estou referindo ao interdiscurso. Embora se possa pensar de diferentes maneiras a questão da memória, no discurso, o princípio de desenvolvimento desta noção está certamente na vinculação desta, fundamentalmente, à noção de interdiscurso. Interdiscurso e memória, em princípio, na análise de discurso, são a mesma coisa.

No funcionamento discursivo, pensando-se o interdiscurso, estaríamos sempre no ponto de junção entre a memória e a atualidade, ou o que Courtine vai distinguir como interdiscurso (eixo vertical, o da sucessão de enunciações distintas) e intradiscurso (eixo horizontal, o do sequenciamento). E que ligam, segundo o meu modo de considerar, o interdiscurso à *constituição* dos sentidos (e dos sujeitos) e o intradiscurso à *formula-*

ção. Junta-se, a estas, a noção de *acontecimento*. O acontecimento discursivo dá-se justamente no ponto de encontro do interdiscurso (memória) e a atualidade. E, como sabemos, é o acontecimento discursivo que nos ensina que há sempre (outros) sentidos possíveis, ou, dito em outras palavras, que um acontecimento não para de produzir sentidos. Mais ainda, que não há separação justa entre o que é sujeito a equívoco e o que é estabilizado quando se pensam os processos de significação discursivamente.

É a partir destas noções que chegamos, na análise de discurso, à noção de historicidade, ligada à materialidade da linguagem, dos sujeitos e sentidos. Através da noção de “*deriva*”.

Segundo Pêcheux (1990), todo enunciado é constituído por pontos de deriva que deslizam e constituem outros enunciados. Isto se dá pelo que chamamos em análise de discurso os efeitos metafóricos, lembrando que metáfora tem seu sentido não ligado à literatura e sua noção de “*figura*,” mas sim à psicanálise e a noção de “*transferência*”, ou como diz Pêcheux, “*uma palavra por outra*”. Meu exemplo clássico é o *Vote sem medo*→*Vote com coragem* em que “*sem medo*” deriva, desliza metaforicamente para “*com coragem*”. Esta deriva produz uma mudança de sentido porque as palavras, expressões, proposições, na análise de discurso, não têm um sentido em si, mas tiram seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, são o reflexo, no discurso, das formações ideológicas, ou seja, aquilo que significa, em uma conjuntura dada, em uma situação dada, para uma dada posição sujeito. Isto é historicidade. E o próprio deslizamento metafórico é parte do processo de historicização dos sentidos (e dos sujeitos já que sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo, ou seja, ao significar eu me significo).

E há o que chamo memória metálica, a da informatização, a digital, a da informação de massa: a que serializa, repete na horizontalidade, sem se historicizar. Memória descartável.

Vamos ainda falar de memória, mas proponho, para nossos fins, pensar a denominação da cidade de Pouso Alegre como exemplo do que estamos chamando um acontecimento discursivo, a historicidade e a deriva.

Como sabemos, atribui-se este nome a esta cidade, a partir de uma história que diz que, na origem, havia um rancho (um pouso) que servia aos que passavam na busca de outros lugares, outras condições de sobre-

vivência. Parte, portanto, da história do povoamento do Brasil, ligada aos bandeirantes paulistas, no caso, Fernão Dias.

3. UM INTERVALO. Vejamos como se forma Pouso Alegre nesse movimento dos bandeirantes em sua busca de ouro, na apropriação do solo e na formação da população. Vamos ao discurso da história estabelecida, o que faz parte dos arquivos de Museu. Leitura de arquivo. Em 1739 Cipriano José da Rocha funda o arraial com o nome de São Cipriano que foi elevado a freguesia com o nome de Santo Antonio do vale da Piedade da campanha do Rio Verde. E assim começa a ser povoada a região Sul de Minas. Com a descoberta de ouro na margem esquerda do rio Sapucahy, começa-se a povoar a região oeste deste rio. Futuramente forma-se o arraial de Bom Jesus e, fato sempre constitutivo das cidades e parte do povoamento, a Igreja se apresenta como interessada: nas proximidades do que seria o Arraial de Bom Jesus, Carlos de Araujo e Antonio José Machado doam terras para a formação do patrimônio do que seria a primeira capela.

O rei de Portugal ordena, em 1748, que se faça nova definição das linhas das Capitâneas. E aí entra um texto de Augusto José de Carvalho que gostaria de repetir na íntegra:

Em meio caminho das Minas Gerais, para quem viesse de São Paulo em demanda dos Achados de Santo Antonio ou retornasse aos campos de Atibaia, já em fins do século dezoito, surgia às margens do Rio Mandú, um aglomerado de gente, a que não se podia chamar de povoado, nem tão pouco de arraial, de tão pequeno que era e de tão limitada a sua população. Ali estava o Rancho, à sombra da figueira densa de folhagens, bem perto da mina d'água, junto ao barranco. Para o viajante que vinha em lombo de burro ou de qualquer animal de sela, era o Rancho Alegre acolhedor de sempre [...] Na casinha de adobe funcionavam a cozinha e outras dependências do rancho. Duas outras laterais e paralelas, eram as serventias: refeitório, salas de arreo e, ao fundo, delimitando o pátio da alimária e que dava para a baixada do rio, a pousada dos forasteiros. Além dessas dependências, mais perto da casinha de adobe, estava a bica d'água, junto ao barranco. Mais longe, o bebedouro dos animais. Lá na baixada, aproveitando a água servida que rolava da banquetta para o rio, a privadinha, que mais parecia uma morada de castor [...] Em fins do século dezoito, o rancho grande e mais alguns casebres espalhados pela banquetta do rio, era tudo o que se chamava o Pouso Alegre do Mandú (Carvalho 1982, 54-56; grifos meus).

Não é sem interesse observar o que colocamos em negrito. São formas de nomear o lugar: Rancho (no aglomerado), Rancho Alegre (ao fundo, a pousada) e (tudo) o Pouso Alegre do Mandú (que, por sua vez, remete ao Rio). Voltaremos à questão da nomeação. Vale observar também que a “pousada”, palavra que nos interessa na formação de “pouso”, ficava “ao

fundo”. Ressaltamos aqui que a denominação é o Pouso Alegre do Mandú. Este artigo (o), determinante, é discursivamente pleno de implicações, silêncios de sentidos a não se dizer. Este “o” traz para perto a história de um lugar em que se parava para repousar. O Rancho Alegre. O “o” mais o “alegre” que adjetiva o rancho dirige a significação para uma possível interpretação indesejável já que, para muitos, indica a presença de mulheres alegres no local que, por metonímia, dera o nome ao rancho (Rancho Alegre). Sem o “o” deixa de ter a sombra, a franja, do substantivo comum e passa a nome próprio, da cidade: Pouso Alegre.

De fato, a queda do “o” —de “o Pouso Alegre do Mandú”— não indica uma pequena diferença: é o reconhecimento, a legitimação que vai resultar da passagem de um “rancho grande” e “alguns casebres” que era “tudo” que se chamava “o Pouso Alegre do Mandú”, fazendo o trajeto de um aglomerado a povoado, a arraial, a vila, e finalmente a cidade: Pouso Alegre. Em que a determinação “do Mandú” às vezes aparece, outras, não.

Em termos discursivos podemos apreciar o jogo de paráfrases e deslizamentos:

O Rancho

O Rancho Alegre

A pousada

O Rancho Grande e os casebres

Tudo (resumidor)

O Pouso Alegre do Mandú

Pouso Alegre (do Mandú)¹

Se, de um lado, é nesta descrição prosaica, simples, que reside a fundação de Pouso Alegre, pelo lado administrativo, o discurso já é menos prosaico e estabelece-se a fala das instituições: primeiro porque, como dizem Saponara e Machado, a igreja exerceu enorme influência na formação do povoado já que, na escritura da doação das terras, há a primeira descrição dos limites do povoado surgido em torno da capela original onde, mais tarde, viria a ser o centro histórico de Pouso Alegre. E oito

1 O que, aqui, aparece como opcional, do Mandú (na escrita da época), tem, no entanto, uma força enorme como projeção imaginária na história: o Mandu é um rio, mas não é apenas um rio qualquer. Ele dá corpo e memória a uma cidade: Pouso Alegre (do Mandú). Nesse sentido ele tem o mesmo estatuto dos grandes rios no mundo (o Sena, o Tejo, o Tibre, o Reno, o Tâmisia etc). São rios que são mitos relacionados à fundação de uma cidade. O Mandú é um rio mítico. Mito que se conta de várias maneiras nessa história.

anos mais tarde, por influência da Igreja Católica e a pedido do povo, por Alvará Régio de 6 de novembro de 1810, o povoado é elevado à categoria de Freguesia “collada à capela do Bom Jesus de Pouso Alegre, *vulgarmen-te* chamada Mandu” e desmembrada da Freguesia de Santa Anna. Em 1831 é elevada a Vila e em 1848 recebe o título de cidade. Para isto é importante a existência da Igreja, do Pelourinho e da Câmara. E tudo isso se deve muito ao Cônego José Bento que participou ativamente da vida política do país. Filiado ao Partido Liberal, chegou a Senador do Império. Foi ele também quem criou o primeiro jornal da vila e do sul de Minas, o “Pregoeiro Constitucional”, jornal que foi utilizado para lançar a Constituição de Pouso Alegre, preparada por gente do Partido Moderado e que foi a base da Constituição do Império. Com as mudanças políticas em 1837, a renúncia do Regente Feijó, a mudança na política de Pouso Alegre, com o Partido Conservador, acirram-se as disputas e o Cônego José Bento, Senador, é assassinado, em 1844. A elevação de Pouso Alegre a cidade, em 1848, pacifica e une a população. E um ano depois de elevada a cidade, começa a construção da Nova Matriz. Como vemos, Igreja e poder político estão sempre funcionando nessa história.

De um lado, o Bandeirante que abriu o solo para povoar Minas, de outro, a capela de Bom Jesus, e perto dela o político, Cônego José Bento, Senador do Império, que dá a Pouso Alegre uma presença nítida na política do país.

Talvez ainda interesse, nessa história, referir como foi nomeada Pouso Alegre. Segundo os autores,

em 1797, o governador D. Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, que de São Paulo fora transferido para a Capitania de Minas Gerais, passou pelo nascente povoado, onde veio encontrá-lo o Juiz de Fora da campanha, Dr José Carneiro de Miranda e que encantados pela esplêndida beleza do lugar em que se achavam, conta-se que um daqueles cidadãos dissera que o lugar não devia chamar Mandu, como era então conhecido, mas sim, Pouso Alegre, e que veio daí a denominação que o povo e a lei posteriormente sancionaram (Tuany Toledo; grifos meus).

Os grifos que coloco acima é para chamar a atenção para o fato de que colocam nomes próprios titulados precisamente ao lado de uma vaguidade sintomática (conta-se, um daqueles cidadãos). E Mandu era o nome “como era então conhecido”. Não se fala em “Rancho”, nem em “Rancho Alegre”. Só no nome do Rio que passa pelo pequeno povoado. Aí não tem sujeito, nem está sancionado pelo povo e pela lei. Algo aí não está dito, ou mais do que isso: algo aí está silenciado. Portanto fica sem explicação

porque Pouso Alegre chama-se Pouso Alegre. Mas basta que assim se chame.

4. O RETORNO: O QUE RESISTE, DESLIZA E FAZ HISTÓRIA. Neste retorno há bastante a se explicitar. Primeiramente que há vários discursos de história: o do Museu mas também o de autores de história que já é outra relação com a interpretação, em outros gestos de leitura. Podemos chamar versões. O que ali, no Museu, está depositado, tem, no gesto de leitura aderido ao espaço do Museu, a força do documento de arquivo, a imagem dos “fatos”. Já o gesto de leitura do historiador, representa um primeiro confronto da memória consigo mesma. Porque este historiador toma aquele objeto de memória em uma perspectiva de interpretação que o faz historiador, ou seja, ele lê da posição-sujeito historiador. Não da posição sujeito arquivista (copista da IM). Gesto de leitura que confronta a memória consigo mesma.

E temos o analista de discurso que não só precede o gesto de interpretação pela descrição/análise em um batimento constante que interroga o próprio gesto de interpretação mas que também distingue as maneiras como funciona a memória na constituição do próprio sujeito, ou seja, no sujeito já há interpretação, ou, como dizemos, metáfora.

Consideramos que a memória discursiva é estruturada pelo esquecimento. É quando esquecemos como um sentido se constituiu em nós que ele passa a produzir seus efeitos, entre eles, o principal, de que este sentido, quando falamos, nascem em nós, quando, na realidade para significar é preciso que as palavras, expressões, proposições já signifiquem. Retomamos sentidos já existentes, efeitos do já dito e esquecido em nós. Por outro lado, há o que tenho chamado memória de arquivo, como disse acima, que é a memória que não esquece: é a que se institucionaliza e é arquivada. A dos museus, a das instituições em geral, a da escola, a do Estado, oficial etc. E há o que chamo memória metálica, a da informatização, a digital, a da informação de massa: a que serializa, repete na horizontalidade, sem se historicizar. Memória descartável.

Na contemporaneidade uma é tomada pela outra com muita frequência e é deste jogo que se alimenta o poder da memória.

Tudo isso funcionando no campo do imaginário, ou seja, das formações imaginárias que atravessam a relação dos sujeitos, interpelados ideologicamente, com a “realidade” social na qual vivem.

5. DESLIZAMENTO E DESEJO. Em análise de discurso aprendemos que retomar não é repetir. E que o sentido sempre pode ser outro. Deriva, efeito metafórico e o que chamamos deslizamento sempre estão funcionando ao mesmo tempo que a memória. No confronto da memória constituída pelo esquecimento e na memória de arquivo, a que não esquece, há espaço de interpretação.

E aí retomamos o que colocamos como epígrafe a este trabalho: “Depende daquele que passa que eu seja túmulo ou tesouro, que eu fale ou me cale; isto só depende de você. Assim, não entre sem desejo”.

Se pensarmos discursivamente, sentidos e sujeitos têm sua materialidade, e faz parte da materialidade do sujeito a inscrição de seu corpo em seu processo de significação, em sua constituição, do sujeito e do corpo. E esta inscrição se dá, como resultado do modo como o sujeito, tendo sido constituído pela interpelação ideológica, é individuado e se identifica ao se inscrever em uma formação discursiva e não outra. Nas condições em que tanto as circunstâncias da enunciação como a conjuntura sócio-histórica determinarem. Daí resultando o que chamamos posição sujeito na formação social. É nessas condições que está a “entrada” do sujeito na instituição museu enquanto prática de significação. Do modo de sua “entrada”, ou seja, de seu gesto de interpretação resultam os efeitos de sentido que o afetarão: em sua subjetividade, em seu corpo, em seu modo de significação. E é nestas condições que a memória funciona na relação com o desejo do sujeito: túmulo ou tesouro. A abertura de sentidos outros, a retomada com seus deslizamentos, ou o silenciamento, a cristalização do sujeito e do sentido no já dito, no estabilizado e que já não se movimenta no processo de significação. Lugar do mesmo e da repetição, lugar de que a historicidade se retira e o sujeito é só uma imagem já prefixada. Espaço dos silêncios da memória. Que se abrem para outros sentidos roçados pelo desejo, já que o esquecimento —introdução do nada como força do significar— faz, na contramão, movimentar-se a memória. Confronto e cotradução se tocam. O Museu, como prática de significação, envolvendo o sujeito em sua materialidade, corpo e sentido, é a prática do esquecimento que se movimenta, na significação, pelo desejo. Em outras palavras, é no esquecimento, com o desejo, que se movimentam os sentidos do Museu, e não no já-dito, lembrado e arquivado, já significado.

E termino com uma música, na realidade um poema, de Ferreira Gullar, cantado por Fagner:

Se acaso você não possa / me carregar pela mão / menina branca de neve / me leve no coração. / Se no coração não possa / por acaso me levar / moça de sonho e de neve / me leve no seu lembrar. / E se aí também não possa / por tanta coisa que leve / já viva em seu pensamento / moça de sonho e de neve / me leve no esquecimento.

Fagner e Ferreira Gullar, *Me leve (Cantiga para não morrer)*

BIBLIOGRAFIA

- Carvalho, Augusto José de. 1982. *Terra do Bom Jesus*. Documento do Museu Tuany Toledo, de Pouso Alegre.
- Courtine, Jean-Jacques. 1982. "La toque de Clementis" Em *Le discours psychanalytique*. Paris.
- Marques, Joana Ganhilo. 2012. "Discurso dos museus: perspectivas transdisciplinares". Conferência proferida no Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo.
- Pêcheux, Michel. 1994. "Ler o arquivo hoje". Em *Gestos de leitura*, organizado por Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp.
- . 1975. *Les vérités de La Palice*. Paris: Maspero.
- . 1990. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.

Eni Orlandi

USP-UNICAMP

Trabajo recibido el 31 de agosto de 2013 y aprobado 5 de noviembre de 2013.